

CONDIÇÃO PÓS-COLONIAL, CULTURA AFRO-BRASILEIRA¹

Heloisa Toller Gomes
UERJ / PACC-UFRJ

Introdução

“Das margens do Índus às bordas do Mar Negro, nesse imenso espaço [...] o antigo mundo asiático desaparece; e, em seu lugar, eleva-se gradualmente o mundo europeu”.

Alexis de Tocqueville

Os Estudos Pós-Coloniais no Brasil encontram-se na interseção de diversas encruzilhadas. De crescente interesse nos meios acadêmicos brasileiros e internacionais, sua crítica constitui a ramificação mais politizada dos modernos Estudos Culturais². O chamado “Pós-Colonialismo” volta-se para o exame dos discursos do poder e do saber impostos pelos colonizadores europeus em suas colônias e nas metrópoles de onde partiu o aparato ideológico da dominação colonial, e examina o fluxo discursivo produzido pelos povos subjugados. Expõe, também e principalmente, as cicatrizes, seqüelas e recorrências contemporâneas dessa dominação colonial.

Os estudos dos mecanismos atuantes nos encontros e confrontos coloniais avaliam, em suma, o impacto da colonização européia nas antigas colônias e vêm a constituir, eles próprios, um contra-discurso crítico em relação a interpretações culturais etnocêntricas que tenham como parâmetro as excelências da civilização ocidental, sem considerar o lado obscuro de tal hegemonia. Trata-se de uma prática interpretativa afim aos estudos literários, mas não circunscrita a estes, que utiliza suportes interdisciplinares em sua operacionalização.

Para o desenvolvimento consistente dos modernos Estudos Pós-Coloniais, decorre ser indispensável um conhecimento abalizado sobre o colonialismo em seus diversos rostos,

¹ Este texto é uma re-elaboração do ensaio de minha autoria *Crítica Pós-Colonial em Questão*, publicada na *Revista Z Cultural*: Revista virtual do PACC/UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

² Os Estudos Culturais inserem-se, historicamente, na tradição anglófona: surgiram na esteira da disciplina *Cultural Studies*, inaugurada institucionalmente na década de 1970, na universidade britânica de Birmingham.

etapas, modos de funcionamento. É no mínimo insuficiente a teorização de um “pós” fenômeno sem o conhecimento do fenômeno em si, em seus desdobramentos através dos tempos³. A par disso, seria um erro grosseiro considerar-se o colonialismo como um fenômeno monolítico; estudos comparativos têm exposto marcantes diferenças entre os diversos colonialismos⁴. Em relação ao Brasil, cumpre caracterizar primordialmente aquele colonialismo que nos diz diretamente respeito, o luso-brasileiro (na primeira fase do colonialismo português), tanto em si mesmo quanto contrastivamente diante dos demais, em especial face ao colonialismo britânico em razão das estreitas e peculiares relações históricas entre Portugal e Inglaterra.

Os historiadores de Portugal e de seu colonialismo mostram-se unânimes quanto à dependência da nação lusitana – passado o apogeu quinhentista e após os anos da anexação espanhola (1580-1640) – em relação à Inglaterra. O historiador Oliveira Lima diz ter sido Portugal “conhecida feitoria do comércio britânico”, comportando-se na prática como uma colônia informal da Inglaterra; Manuel Bonfim escreve a respeito da “tutela da Inglaterra sobre Portugal dos Braganças”; Alberto Torres, na virada do século XX, assim resume a situação da metrópole colonial do Brasil:

Conquistado pela Espanha, Portugal não se re-emancipou, senão para viver a mais crítica das existências, numa inútil reação contra a pressão das lutas continentais, colimadas com a fuga de D. João VI, (...) com a definitiva subordinação política à poderosa aliada do norte (TORRES, 1938, p. 100).

“Império que não havia parado de encolher”, na expressão de Marc Ferro, Portugal, durante quase toda a época moderna, procurou afirmar o seu poderio, notoriamente decadente, face às demais potências europeias e a seus próprios colonizados. O processo foi longo e desgastante. Em ensaio intitulado “Entre Próspero e Caliban – colonialismo, pós-

³ Ao se falar em colonialismo europeu, há que distinguir o seu grande momento inicial, correspondente às descobertas marítimas europeias através do Atlântico e de todo o mundo, e cujo vigor esvaiu-se com a sucessiva independência das colônias americanas, e o chamado colonialismo moderno, ou tardio, que teve o seu apogeu entre o último quartel do século XIX e o fim da segunda guerra mundial (a independência da Índia, em 1947, é emblemática de seu ocaso), e cujo feito internacional mais notável foi a partilha da África. Ver, a respeito, *Le Partage de l'Afrique 1880-1912* (1991), de Henri Wesseling.

⁴ Nesse sentido, Jennifer Pitts comenta as diferenças entre o poderio colonial da França e o da Inglaterra: “Embora, no século IX, os liberais britânicos e os franceses buscassem defender e justificar a dominação colonial, eles o fizeram por caminhos opostos que refletiam, para cada um desses países, as diferenças de grau quanto ao sentimento de segurança colonial e de renome internacional – a Grã-Bretanha mostrava-se segura de seu domínio e confiante em sua cultura, ao passo que a França estava politicamente instável e debutava enquanto potência colonial.” (PITTS, 2005, p. 55-56. traduzi a passagem).

colonialismo e interidentidade”, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos observa:

Os portugueses nunca puderam instalar-se comodamente no espaço-tempo originário do Próspero europeu. Ali viveram como que internamente deslocados em regiões simbólicas que não lhes pertenciam e onde não se sentiam à vontade. Foram objeto de humilhação e de celebração, de estigmatização e de complacência, mas sempre com a distância de quem não é plenamente contemporâneo do espaço-tempo que ocupa. Forçados a jogar o jogo dos binarismos modernos, tiveram dificuldades em saber de que lado estavam. Nem Próspero nem Caliban, restaram-lhes a liminaridade e a fronteira, a interidentidade como identidade originária (SANTOS, 2004, p. 33).

Na colonização do Brasil, estivemos submetidos a um colonizador que, durante longos períodos de sua história, foi dependente de um poder maior, o britânico. Se quisermos radicalizar, diremos que o Brasil teve na verdade um colonizador direto, o português, e um indireto, o inglês. Fomos, portanto, duplamente colonizados: por Portugal e pelo poderio britânico, sempre atento às periferias de seus domínios⁵.

“Vaca leiteira” de Portugal, na expressão de Oliveira Lima, o Brasil não só alimentou com seus recursos naturais a economia portuguesa (lembramos a descoberta de ouro em Minas Gerais, ao final do século XVII), mas também enriqueceu a inglesa – e além: segundo C. R. Boxer, em *O Império Colonial Português*, D. João V enviou quantidades de ouro brasileiro para a corte papal e para os cardeais, fazendo jus ao “título de rei *Fidelíssimo* em 1748, realizando assim o desejo há muito acalentado de igualar o *Cristianíssimo* rei de França e o *Mui Católico* rei de Espanha”. (BOXER, 1969, p. 137, 330).

Em colonização tão predatória quanto a empreendida pelas demais potências europeias, Portugal vivenciou uma decadência mal digerida, porque com frequência mesclada à arrogância de “glória e estirpe” e à nostalgia de um passado renomado,

⁵ Não é à toa que o arguto Robert Southey, tendo em vista os interesses do Império Britânico, voltou a sua atenção para o Brasil e pesquisou longamente, nos arquivos de Lisboa, para a elaboração da obra de peso que é sua *History of Brazil* (escrita entre 1810 e 1826). Percebendo que o Brasil encaminhava-se para um futuro mais grandioso do que o da sua metrópole (“os portugueses pareciam [a Southey] selvagens ou semi-bárbaros” – escreve Maria Odila da Silva Dias: 1974, p. 176) Southey observa no Prefácio a seu referido livro: “... e o progresso do Brasil desde os seus mesquinhos princípios até à importância que atualmente atinge, tudo isto são tópicos de não vulgar interesse.”

definitivamente perdido⁶. Também a sonhos de grandeza tardia: Oliveira Lima defendeu a tese de que o príncipe regente (futuro D. João VI) partira para o Brasil “decidido não somente a se transformar em monarca transatlântico, como a dilatar as fronteiras da sua monarquia”; (pois) “o maior e o mais resplandecente Império do mundo, aí se dizia, poderia surgir dentre as ruínas e os incêndios” das invasões napoleônicas. (OLIVEIRA LIMA, 1945, p. 548, 364).

O “outro” da Europa, sua população freqüentemente vista como sub-raça por visitantes e observadores estrangeiros, o português reduplicou contra os seus colonizados a discriminação e o desdém por ele sofridos, por parte da Europa “mais civilizada”. Não é de admirar que a questão da alteridade, entre nós, tenha se revestido de complexidades tão peculiares, e que, das peculiaridades do colonialismo luso-brasileiro, tenham decorrido traços estruturais de nossa formação populacional, cultural, ideológica. Conseqüentemente, de nossa constituição identitária.

1 - Questões, conceitos e cenários

“O Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes dos portugueses, e que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos”.

Darcy Ribeiro

⁶ Boxer transcreve o seguinte, e impressionante, depoimento do Padre Jesuíta Manuel Godinho (Lisboa, 1663-1665) sobre a decadência do Império Colonial Português: “O império ou Estado indiano lusitano, que anteriormente dominava a totalidade do Oriente e compreendia oito mil léguas de soberania, vinte e nove cidades capitais de província e muitas outras de menor importância, e que ditava leis a trinta e três reinos tributários, espantando todo o mundo com a sua enorme extensão, assombrosas vitórias, próspero comércio e imensas riquezas, está agora reduzido, por causa dos seus próprios pecados, ou devido a inevitável decadência dos grandes impérios, a tão poucas terras e cidades (...) . Se ainda não expirou completamente, é porque não encontrou um túmulo digno da sua anterior grandeza. Se era uma árvore, é agora um tronco; se era um edifício, é agora uma ruína; se era um homem, é agora um coto; se era um gigante, é agora um pigmeu; se era grande, não é nada agora; se era a vice-realeza da Índia, está agora reduzido a Goa, Macau, Chaul, Baçaim, Damão, Diu, Moçambique e Mombaça, com algumas outras fortalezas e locais de menor importância (...) que os nossos inimigos nos deixaram, ou como um memorial daquilo que dantes possuíramos na Ásia, ou como lembrança amarga do pouco que, agora, lá possuímos” (BOXER, 1969, p. 136).

Hoje, tanto ou mais do que nunca, os estudos relativos à identidade brasileira e às suas formas de representação, a questões de exclusão socioeconômica, de cidadania e nacionalidade, à problemática da etnicidade formadora do povo brasileiro e a sua produção cultural passam, necessariamente, pelo exame da colonização escravista luso-brasileira, no contexto do colonialismo/imperialismo internacional ao qual nossa sociedade esteve (tem estado) estreitamente vinculada.

As pesquisas sociais, artísticas e literárias não podem ignorar os subsídios dessa colonização que tanto construiu quanto minou, em suas bases, a sociedade brasileira, e que seguramente foi responsável por muitos de nossos atuais dilemas e mazelas. Sua permanente investigação, na articulação com o presente, ilumina este presente, pois tal herança não é coisa do passado, mas está viva e atuante. Darcy Ribeiro assim comenta os primórdios de nossa formação nacional e populacional:

O Brasil (...) desenvolve-se como subproduto de um empreendimento exógeno de caráter agrário-mercantil que, reunindo e fundindo aqui as matrizes mais díspares, dá nascimento a uma configuração étnica de povo novo e o estrutura como uma dependência colonial-escravista da formação mercantil-salvacionista dos povos ibéricos.

Ao falar do “Povo Brasileiro” (título de seu último livro, acima referido), Darcy Ribeiro refere-se a células culturais neo-brasileiras – verdadeiras “ilhas-Brasil” (diz ele) as quais, desde o século XVI, operaram como núcleos aglutinadores dos contingentes populacionais, “dando uniformidade e continuidade ao processo de gestação étnica, cujo fruto é a unidade sociocultural básica de todos os brasileiros.” (RIBEIRO, 1995, p. 270-273)

Mas nem todas as visões do Brasil são positivas a respeito do povo brasileiro. Houve mesmo quem questionasse, a partir de ângulos bem diversos, a sua própria “existência”: “O Brasil não tem povo”, escreveu o francês Louis Couty, não mero visitante ocasional, mas professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, residente no Rio na transição da monarquia para a república.

José Murilo de Carvalho, em seu *Os Bestializados*, refere-se ao mesmo comentário de Couty (“Aqui não há povo”) e sugere que, em lugar de estranharmos a opinião do estrangeiro, “nos perguntemos pelo sentido de suas palavras, pela realidade que lhes possa

ter servido de referência” (CARVALHO, 2002, p. 10). Essa realidade diz respeito ao país que tem vergonha de si; ao país que, qual a “Bruzundanga” de Lima Barreto, quer tanto ser européia que deixa de ser ela mesma e não se enxerga – não “mostra a sua cara”, para lembrarmos Cazusa. A frase aparentemente leviana do francês denuncia a exclusão social e política da população, por ele traduzida como inexistência, e experimentada como invisibilidade.

“Que país é este?” perguntou o poeta Affonso Romano. “O País é Este”, respondeu, em recente levantamento sobre as condições de vida da população do Brasil, o documentário do cineasta Zelito Viana. Tais questionamentos e depoimentos divergentes apontam direções a seguir, e instigam o desvendamento de formações discursivas de tantas procedências e motivações étnicas, geográficas, socioculturais, que constituem o nosso material indispensável a percorrer. Guimarães Rosa criou a sua literatura a partir dos espaços agrestes dos sertões e das veredas – “artérias do interior” (retomando a expressão do fotógrafo Orlando Azevedo), onde “a globalização ainda não banalizou e anulou a identidade de um país chamado Brasil”. Gilberto Freyre, por outro lado, e alguns anos antes de Rosa, escrevera sobre um Brasil parcialmente domesticado, aquele que ele conheceu melhor – o das casas-grandes e senzalas, dos sobrados e mocambos. São cenários do Brasil que se encontram, mas que não se completam ou anulam, e cuja exploração intelectual, sempre parcial, não esgota o entendimento do país, sendo tantas as demais vertentes possíveis – as veredas que o atravessam.

2 - A identidade brasileira em suas formações culturais

“A literatura é o meu instrumento. Se eu conseguir me comunicar enchendo o papel de vírgula, e o leitor entender que eu estou falando do lugar onde o Brasil se instala, da miserabilidade em que a população negra se encontra, se eu conseguir falar com vírgulas, eu vou encher o papel de vírgula”.

Miriam Alves

Poetas afro-brasileiros contemporâneos, como Ricardo Aleixo, privilegiam a matriz africana enquanto constituinte poético e identitário. No poema “Oba Kossô”, Aleixo entoava a “Xangô, Oba Kossô,”

...que anda com porte de rei,
 cavalo que manda e desmanda
 como um rei, pantera preta,
 senhor rei de Agasu – , aganju
 que bloqueia o rio e queima
 a chuva com o raio. (ALEIXO, 2001, 46)

Márcio Barbosa, por sua vez, louva com o mesmo brilho de linguagem “Oxum rientidade vestida de ouro”, em “Poema-ebó”. (BARBOSA, 1992, p. 63-64). Ambos exibem a “negrura exposta” reivindicada por Cuti, no poema sugestivamente intitulado “Cultura negra” (CUTI, 1997, p. 137), atestando a verdade daquela escrita que “tece vida/ na resposta/ abrindo a porta enferrujada de silêncio”⁷.

A metáfora de Cuti sugere o labor que se oferece ao pesquisador da cultura brasileira: malgrado a abertura verificada nos meios culturais em geral, acionada pelo repúdio ao etnocentrismo até bem pouco ali soberano, ainda é preciso forçar portas enferrujadas por um silêncio multissecular. Em favor desse empenho, no exame do material discursivo passado e atual, cumpre priorizar os gestos alternativos, iluminar as sombras e os espaços desdenhados, enfocar os desvios e as vias transversais por onde ontem e hoje soavam e soam as vozes negadas. Essa expressão exhibe um outro Brasil, diametralmente oposto àquele em que a sua população majoritária – o seu “povo inexistente”, segundo Louis Couty – permanecia, para tantos olhos, invisível.

Esse esforço implica desenredar, através da leitura da produção textual brasileira, tramas básicas de nossa formação sociocultural tornando, assim, perceptíveis certos contornos identitários que a marcam (que nos marcam). A esse respeito, como em tantos outros, trata-se antes de escavar, descobrindo e desvelando o que se encontra coberto e oculto, do que de inaugurar impensadas elucubrações.

Explico melhor: o material discursivo que desde a época colonial logrou, apesar de todos os percalços, perpetuar-se no Brasil em forma escrita, compôs uma grande narrativa (uma formação discursiva, em termos foucaultianos) que, ainda hoje, só é passível de leitura ao se interpelar a letra do texto, no desafio a seus silêncios e no cruzamento de

⁷ Chamo a atenção para a riquíssima produção poética, ficcional e ensaística de autores e autoras afro-brasileiros contemporâneos, constituindo já um vultoso *corpus* discursivo crescentemente estudado pela crítica literária, no país e no exterior. Dentre tantos, destacamos aqui os emblemáticos poemas citados acima: Aleixo, Ricardo, *Oba Kossô*. In: *Trívio poemas*; Barbosa, Márcio, *Poema-ebó*. In: *Cadernos negros 15*; Cuti, *Cultura negra*. In: *Negro brasileiro negro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n.25.

camadas superpostas de significação textual. Refiro-me ao empreendimento interpretativo desconstrutor no sentido derridaiano do termo, quando o texto aparece como uma mensagem cifrada, como um enigma cujo sentido se “descobre” em significado já presente, embora oculto à primeira vista. A interpretação assim concebida, intertextual por excelência, consiste em “tecer um tecido com os fios extraídos de outros tecidos-textos” e, à medida que penetra no corpo do texto em questão, ela o desconstrói, revelando aquilo antes recalcado. (DERRIDA, 1976, p. 54-55).

Acentuo aqui a força do discurso ficcional, associado a discursos mais diretamente voltados para o social, no desenvolvimento dos estudos pós-coloniais no Brasil em torno da problemática da nossa formação histórica, social, cultural. Nesse sentido, e sem receio da redundância, chamo a atenção para a atenção que deve ser dada à vigorosa presença afro-brasileira, tanto do ponto de vista autoral quanto temático, nos estudos da sociedade brasileira. Felizmente, já se afastam os dias em que a presença literária negra, salvo as marcantes exceções que todos conhecemos, fazia-se sentir, paradoxalmente, pela eloquência de um silêncio carregado de vozes abafadas.

Surgem atualmente, nas mais variadas áreas de atuação, trabalhos que, partindo de outros paradigmas, afrontam os interditos e interrogam um passado dado como findo, resolvido, suficientemente entendido, e instauram uma sempre saudável inquietação diante do novo, e também do antigo. É aí que se insere, entre outras obras, *Cidade de Deus* de Paulo Lins (1997). Daí a pertinência de sua presença, nesta discussão.

3 – *O romance Cidade de Deus e seus “mundos em cruzamento”*

“Lá na altura da praça Principal surgiu uma fonte onde dezenas de negras lavavam roupa”.

Paulo Lins

A contrapelo do bom-tom, o romance de Lins traça e desvenda os descaminhos da sociedade brasileira a partir de seus substratos, arquitetando o que se pode chamar de uma estética de destroços. Ao tematizar a vida diária da população, majoritariamente negra e mestiça, que habita a imensa favela de Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Lins reconstrói percursos existenciais esfacelados numa comunidade dilacerada pela

pobreza, pela violência, pela indiferença ambígua da sociedade abrangente que a domina e circunda, teme e despreza. Ironia do livro, o nome da favela que lhe dá o título – “Cidade de Deus”; grande emblema ficcional, a figura daquela mãe que tenta recolher e recompor, do chão, os pedaços de rosto do filho menino, destroçado pelas balas. À semelhança da cena terrível que evoca, o romancista também recolhe despojos e procura recompor pedaços – de corpos, de sonhos, de vidas sem raízes ou amanhã, à margem de rumos e sentidos.

Cidade de Deus é um romance etnográfico que teve a sua origem na pesquisa antropológica do autor, antigo morador da Cidade de Deus factual. O que emerge, das páginas de Lins, é uma comunidade urbana dilapidada, como o fora anteriormente a própria paisagem em que se assentam fragílimas vidas assediadas pela carência. A natureza é mostrada como a primeira vítima do progresso predatório e atabalhado da metrópole carioca: “pés de jamelão assassinados”; “...o goiabal, agora decepado, cedera lugar a novos blocos de apartamentos.” Aqui e agora, depois das árvores, assassinam-se crianças e adultos, estupram-se mulheres, desesperam-se e confundem-se, na mesma teia, famílias, bandidos, “otários”.

A síntese ficcional traz à tona, com assustadora frequência, cadáveres a boiar nas águas do rio. Nas águas do Rio. Na guerra dramatizada entre bandidos e quadrilhas rivais, nos mesmos caminhos e vielas onde também circulam crianças, trabalhadores, e “fofocam as mulheres”, diz o texto, não há vencedores ou vencidos. Todos perdem ao final. Não há tampouco fronteiras a delimitar o território dos que vivem à margem da lei e o daqueles que a obedecem. E pontua-se a brutalidade latente com a pungência de sentimentos fundamentais, atemporais: “Os choros das mães juntos aos corpos dos filhos” (*C.D.*⁸, p. 419). A tragédia dos pobres de hoje reveste-se da piedade e do terror da tragédia clássica.

A perspectiva do dominado não é escamoteada, mas permeia o discurso ficcional e o amplia, criando “um espaço de sombras na beira e dentro do espaço iluminado” (KOTHE, 2000, p. 535). Luz e sombra contrapõem-se e elucidam-se mutuamente, e tal gesto ficcional arrojado enseja desenhos interpretativos inéditos, insuspeitados.

⁸ As iniciais *C.D.*, neste texto, referem-se ao romance *Cidade de Deus*.

Destaco, a seguir, um momento de especial intensidade em *Cidade de Deus*. Todo um jogo de superposição de textos ali se dá - pois se tecem laços peculiares com outras obras ficcionais – na linha de leitura acima proposta.

Alguns dados mínimos do enredo encaminham a leitura: em “Cidade de Deus” (“grande favela pós-moderna”, como tem sido chamada), os meninos Busca-Pé e Barbantinho conversam sobre assombrações e, desafiando o medo, combinam um encontro à meia-noite, em local ermo:

Quando deu onze e quarenta e cinco já haviam atravessado a Estrada do Gabinal e entrado no sítio. Subiam a pequenina ladeira de paralelepípedo do casarão mal-assombrado espreitando os interstícios da noite. Ficaram sentados debaixo duma lua cheia que se impunha no estrelado céu de meia-noite. O silêncio era cortado somente pelos grilos, mosquitos e pelos carros que muito raramente passavam (...). Busca-Pé, com voz trêmula e sumida, dizia que esse papo de assombração era coisa de otário.

Já iam embora quando a lua se transformou em sol de meio-dia, as casas e os apartamentos deram lugar a um imenso campo, os outros casarões tomaram a aparência de novos, o rio tornou-se mais largo, com água pura e jacarés nas margens. Os dois ficaram com um grito estrangulado na garganta que não se permitia explodir. Viam os negros trabalhando nos engenhos de açúcar, nas fazendas de café. O chicote repenicava no lombo. O bosque de Eucaliptos avolumou-se, tinha agora um ar imperial. Lá na altura da praça Principal surgiu uma fonte onde dezenas de negras lavavam roupa. No casarão da Fazenda do Engenho D'Água, observavam o entra-e-sai na cozinha de sinhá Dolores nos preparativos da festa de aniversário da esposa do barão da Taquara.

Lá vinha o barão em seu alazão, comandando pessoalmente os negros no transporte de um piano de cauda que ele mesmo mandara buscar em Paris para presentear a aniversariante. Quarenta negros no transporte daquela formosura. Enquanto vinte suportavam o peso do instrumento, os outros quebravam os galhos das árvores mais baixas para não arranhá-lo. Correu gente de toda a várzea para ver o piano de cauda.(*C.D.*, p. 177).

O texto de Paulo Lins, escrito na e sobre a nossa contemporaneidade, atravessa aqui camadas de tempo e recria, especialmente no último parágrafo citado, um universo escravista quase idêntico àquele encenado meio século antes por José Lins do Rego em um dos clássicos da literatura brasileira, *Fogo Morto*. Leiamos José Lins:

O Capitão Tomás comprou piano no Recife. Fora uma festa quando passara pelas estradas o grande piano de cauda do capitão Tomás. Nunca o povo vira aquilo. Em cima da cabeça de dez negros, e com outros dez atrás para substituir os outros, lá vinha o instrumento enorme (...). Ele mesmo a cavalo, no passo vagaroso, vinha atrás dando ordem. (REGO, 1973, p. 137).

Nos dois textos brasileiros em questão reverberam, ainda, as tonalidades faulknerianas de *Absalom, Absalom!*:

They saw him pass, on the roan horse beside his four wagons; (...) They just waited while reports and rumors came back to town of how he and his now somewhat tamed negroes had installed the windows and door (...) and the crystal chandeliers in the parlors and the furniture and the curtains and the rugs; (FAULKNER, 1972, p. 44).

Ao assim desdobrar a dimensão espaço-temporal, a cena orquestrada nos três romances do século XX destaca, para seu leitor, *o selo do passado escravista na paisagem, tão fortemente marcado que a transforma de forma indelével – permanecendo esta invisível a olho nu, porém passível de ser exposta pelas lentes aguçadas do ficcional*. O que é feito, nos fragmentos citados, através do desfile sobranceiro do senhor de terras, servido ostensivamente por seus escravos e cercado pelos circundantes, pasmos diante de tanta grandeza (respectivamente, “o povo”, em Zé Lins; um vago “they” comunitário, em Faulkner; “gente de toda a várzea” e os dois meninos boquiabertos, em Paulo Lins).

Os três romances, para tanto, lançam mão dos mesmos ingredientes: determinados objetos de valor, como pianos e candelabros (a configurarem aquilo que Max Weber chamou “símbolos de status”) os quais, ao lado de certas convenções, sinalizam o estilo de vida daqueles que os ostentam (WEBER, 1971, p. 18-19): imagens significativas como o cavalo, de onde melhor exerce seu poder e vigilância, qual imponente centauro, o senhor de terras; e, sobretudo, eles expõem os escravos em seu trabalho braçal – resistentes figuras de ébano sem voz, opinião ou qualquer outra expressão humana e, por isso mesmo, com um quê de esfíngico em sua construção romanesca (“sphinx-like”, diria Faulkner em outro momento de *Absalom, Absalom!*). Quanto do sistema escravista e de suas engrenagens assim se desvenda para o leitor atento.

Em suma, o mundo ficcional elaborado pelos três romances expõe aquilo que o solo pisado por muitas gerações encobre – a escravidão, lastimável alicerce da civilização nas antigas colônias americanas como o Brasil (ou o Sul dos Estados Unidos, lembrando ainda Faulkner), escravidão essa que sobrevive, atualmente, transmutada na miséria das favelas.

Em estratégica inversão, Paulo Lins superpõe à favela urbana de hoje o universo agrário da escravidão colonial e monárquica onde, como acabamos de ler, “o chicote

repenicava no lombo” dos “negros trabalhando nos engenhos de açúcar, nas fazendas de café”.

Na trama, o antigo quadro é exibido aos olhos dos dois jovens moradores de Cidade de Deus (o texto de Lins, excepcionalmente, ingressa então no universo do fantástico). Por outro lado, no processo da leitura, as duas épocas unem-se em uma só, sendo ambas escandalosamente expostas, em superposição, no seu funcionamento. Genial achado de Paulo Lins, boa pista para a compreensão do grande malogro social brasileiro: a ostentação do vínculo estreito, da dependência não resolvida, da situação emaranhada experimentada pela nossa situação “pós-colonial”, na perpetuação da exploração (da gente, do chão) gerada na renitente base escravista.

À guisa de conclusão

“...anunciar que este povo feito de tantos sangues
é único
a cada esquina.
preciso contar que fui ao fundo
do mar e que era noite
Quando vi claro o tempo
e nasci sem que ninguém ouvisse.”

Lourdes Theodoro

Entrar pela via, pelos caminhos e descaminhos, da escrita afro-brasileira é o que aqui se sugere, através da elaboração, sempre atualizada, da escravidão, da etnicidade, dos entraves e percalços do povo brasileiro – majoritariamente afro-brasileiro – cujo labor construiu este país. Sua indispensável voz hoje se ergue, se não com poucos obstáculos, sem dúvida com ampliados espaços onde exercer a sua justamente reivindicada autonomia, práxis intelectual, criatividade.

No âmbito da literatura comparada, cada vez mais aberta aos cruzamentos e intercâmbios entre a literatura e outros saberes, simultaneamente aos debates quanto ao escopo e fugidia especificidade do discurso ficcional, há certos pontos a enfatizar que dizem respeito, de perto, ao que tento desenvolver neste trabalho.

Tanto a literatura comparada quanto os modernos Estudos Pós-coloniais precisam explorar a expressão cultural afro-brasileira a partir de suas matrizes diaspóricas e dos (des)caminhos da inserção populacional do ponto de vista social, cultural, étnico. Nesse sentido, mais do que desvendar os desígnios do colonizador, interessa o que dali resultou, em questões cruciais para a literatura e as ciências sociais quais sejam a questão populacional e cultural brasileira, a problemática da cidadania, seus percalços socioeconômicos, as ideologias que nutriram a nossa formação enquanto comunidade nacional.

Cumpra trilhar caminhos culturais desviantes e alternativos, valorizando o gesto de desvio em relação a normas e tendências longamente impostas como superiores. Assim, deslindar, com os poeta afro-brasileiros, os “Cristóvão-Quilombos” de que fala Jamu Minka e atingir realidades mais nossas e mais ricas; partir das manifestações de cunho popular as quais, pois que desdenhadas e postas de lado pela cultura oficial, desenharam suas formas e cores às margens dessa cultura, apropriando-se sub-reptícia, ou escancaradamente, dos “restos” do saber erudito e cozinhando-os em novos pratos para o apetite aguçado da população; assinalar como essa população, sim, existe. Observá-la, e ao que a circunda e adentra, com o “olhar de viés” – apanágio da latinidade americana, conforme lembra o escritor argentino Ricardo Piglia.

Estaremos, assim, ampliando também a nossa visão da conjuntura mundial. Isso porque – para lembrar outro latino-americano, o uruguaio Eduardo Galeano, “en los suburbios del mundo el sistema revela su verdadero rostro.” (GALEANO, 2002, p. 4).

Em suma, o que aqui se propõe é prosseguir e ampliar uma história cultural de marginalidade, de liminaridade dessa cultura híbrida, afro-brasileira, miscigenada, a explodir, já em pleno século XX, inicialmente carregada pela música, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, civilizada à francesa por Pereira Passos; e depois, pelos movimentos de conscientização das chamadas minorias, em tantas áreas e segmentos da sociedade, em todo o país.

Os estudos pós-coloniais tratam fundamentalmente, no âmbito discursivo, das tensões entre dominantes e dominados, no exercício de seus respectivos recursos de expressão. Essa nova área de saber pode e deve ser acolhida no espaço da literatura comparada, para mútuo benefício de seus pesquisadores e, sobretudo, para a ampliação e

renovação dos estudos sócio-culturais em nosso país, em torno das questões candentes de nacionalismo e cidadania, etnicidade e hierarquias raciais, ideologias, sexualidade, cultura.

Referências bibliográficas

- ALEIXO, Ricardo. Oba kossô. In: *Trívio poemas*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2001.
- AZEVEDO, Orlando. O Ruir do mito. In: *Expedição coração do Brasil: Mito*. Ministério da Cultura/IRB-Brasil/Francisco Alves, 2002.
- BARBOSA, Márcio. Poema-ebó. In: *Cadernos negros 15*. São Paulo: Quilombhoje; Edição dos Autores, 1992.
- BONFIM, Manuel. *O Brasil*. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira/ Companhia Editora Nacional, 1935.
- BOXER, C.R. *O Império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COUTY, Louis. *L'Esclavage au Brésil*. Paris: Guillaumin, 1881.
- CUTI, Cultura negra. In: *Negro brasileiro negro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.15, 1997. Org. Joel Rufino dos Santos.
- DERRIDA, Jacques. *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Supervisão geral, Silviano Santiago.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O Fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil (Um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- FAULKNER, William. *Absalom, Absalom!* (1936). New York: Vintage Books, 1972.
- FERRO, Marc. *Histoire des colonisations: Des conquêtes aux indépendances XIII-XXe siècle*. Paris: Seuil, 1994. p.119.
- GALEANO, Eduardo. *El Tigre azul y otros artículos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2002.
- KOTHE, Flávio R. *O Cânone imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MINKA, Jamu. Cristóvão-Quilombos. In: *Cadernos negros 17*. São Paulo: Quilombhoje; Anita, 1994.
- OLIVEIRA LIMA. D. *João VI no Brasil, 1808-1821*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- PITTS, Jennifer. L'Empire britannique, un modèle pour l'Algérie Française: Nation et civilisation chez Tocqueville et John Stuart Mill. In: WEIL, Patrick e DUFOIX, Stéphane. (Ed.) *L'Esclavage, la colonisation, et après....* Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

- REGO, José Lins do. *Fogo morto* (1943). Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e. Entre Próspero e Caliban – colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.
- SOUTHEY, Robert. Prefácio do Autor. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. trad. L.J.Oliveira e Castro.
- TORRES, Alberto. *O Problema nacional Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- VIANA, Zelito. (Dir.) *O País é Este: Documentário baseado nos dados do Censo 2002 – IBGE*. IBGE, Mapa Filmes Ltda, 2002.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- WESSELING, Henri. *Le Partage de l'Afrique 1880-1912*. Paris: Denoël, 1996. trad. francesa P.Grilli.

EPÍGRAFES

- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1959. t. III, vol. 2, p.290. Ed. J. P. Mayer.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. p.130.
- ALVES, Miriam. Pedacos de mulher. Entrevista de 1995. Apud Leda Maria Martins, Arabescos do corpo feminino. In: *Gênero e representação na literatura brasileira*. Coleção Mulher e Literatura, vol. II. orgs. Costância Lima Duarte, Eduardo de Assis Duarte e Kátia da Costa Bezerra. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. p.220.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. p.177; “mundos em cruzamento”, p.351.
- TEODORO, Lourdes. Mensagem. In: *Enfim... nós/ Finally...us. Escritoras negras brasileiras contemporâneas/ Contemporary black brazilian women writers*. Colorado Springs Three Continents Press, 1994. seleção/edição/trad. Miriam Aparecida Alves & Carolyn Richardson Durham. p.130.